



Ata da 3ª Reunião Ordinária do Comitê do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (CBH BPSI) no ano de 2022, realizada no dia 20 de setembro de 2022 (terça-feira), às 14h30, por videoconferência, com a seguinte ordem do dia: 1 – Abertura; 2 - Aprovação da Ata da 2ª R. O. do CBH BPSI realizada em 14/06/2022; 3 - Resolução para criação de Grupo de Trabalho de acompanhamento da complementação do PBH RH-IX, porção Itabapoana (GTAP Itabapoana); 4 - Apresentação do relatório de cobrança do ano de 2021 sobre impacto no setor de usuários; 5 - Apresentação dos investimentos realizados na Bacia do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (recursos do CBH BPSI e do CEIVAP); 6 – Informes; 7 – Encerramento. Item 1 – Abertura: Reunião aberta às 15h02, em segunda chamada, com 13 titulares presentes. Vanuza Mota (Cedae) apresentou o novo representante da Cedae no CBH-BPSI, o Sr. Reginlado Ramos, e pediu que todos lhe recebessem bem, pois é de grande interesse da Cedae continuar participando e colaborando no que for possível com o CBH BPSI. Zenilson Coutinho (Asflucan), Diretor Presidente, agradeceu a participação da Vanuza e desejou boas vindas ao Reginlado. João Gomes (Uenf), Diretor Secretário, agradeceu à Vanuza pelo tempo em que representou a Cedae enquanto titular, inclusive na época em que foram colegas de diretoria colegiada. João pediu em nome da diretoria, conforme deliberado em reunião realizada no dia de hoje, a retirada de pauta do item 3, pois os diretores decidiram deliberar novamente sobre o assunto e que em nova plenária será apresentada novamente proposta de criação de Grupo de Trabalho (GT), de acordo com o que consta no Manual Operativo do Plano de Bacia (MOP) e com os anseios do CBH-BPSI. Aparecida Vargas (Abragel) sugeriu que seja criado um outro GT que possa deliberar sobre as questões do Itabapoana. João explicou que a diretoria preferiu reavaliar a pertinência de criar um GT apenas e após isso, fazer novo encaminhamento à plenária. **Item 2 – Aprovação da Ata da 2ª R. O. do CBH BPSI realizada em 14/06/2022:** Zenilson Coutinho (Asflucan), Diretor Presidente do CBH BPSI, colocou em votação a minuta da ata da 2ª Reunião Ordinária de 2022, realizada no dia 14/06/2022. A ata foi aprovada por unanimidade, sem alterações. **Item 3 - Apresentação do relatório de cobrança do ano de 2021 sobre impacto no setor de usuários:** Raissa Guedes (Agevap) se apresentou como Gerente do Contrato de Gestão Inea/Agevap/Cbh's (CG 01/2010) no âmbito da Agevap. Em seguida iniciou apresentação do relatório. Destacou que especificamente o item 5 do relatório seria apresentado no dia de hoje, tratando da análise do impacto da cobrança no setor de usuários. Explicou que essa análise já aconteceu também pelo Ceivap, na Bacia Federal do Rio Paraíba do Sul. Raissa falou que o relatório considera todos os Comitês fluminenses que têm a Agevap como delegatária, o que representa um total de sete comitês. Apresentou números da cobrança e impactos, considerando setores deste segmento, para cada região hidrográfica. Mostrou que o cálculo estimado para as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), considerando dados hipotéticos, teria um impacto na cobrança em torno de 1% para cada PCH. João parabenizou a Raissa pelo relatório que, apesar de não muito extenso, foi bem detalhado e deu pra trazer uma noção do impacto da cobrança nas diversas atividades. Paulo Jorge lembrou que a Raissa não deve ser cobrada do que apresentou, pois apresentou números de um levantamento, mas que as pessoas da região sabem da realidade prática que pesam muito nas atividades econômicas. José Armando (Prefeitura de Italva), Diretor Vice-presidente, perguntou a Raissa qual é a exigência para que uma instituição seja classificada como usuário de água dependente de outorga, e quando essa outorga pode ser dispensada de cobrança. Raissa falou que o mais adequado seria o INEA responder a essa pergunta, mas disse que os empreendimentos de uso insignificante precisam entrar com processo normalmente e, sendo aprovado, recebem uma certidão de uso insignificante, hipótese em que não há cobrança. Raissa falou que a legislação

45 permite que todo usuário outorgável seja cobrado, mesmo que não possua outorga, ou seja, esteja
46 com seu processo regularizado. Disse que esse exemplo seria de um usuário irregular, porém
47 outorgável, portanto passível de cobrança. José Armando falou que viu no Encontro Nacional de
48 Comitês de Bacia (ENCOB) uma iniciativa de Comitê no sentido de contribuir na entrega de outorga
49 a entidades ainda irregulares. Pediu para a secretaria verificar qual iniciativa foi essa para que possa
50 analisar a possibilidade de replicar no CBH-BPSI. Raissa falou que há no Plano de Bacia do BPSI um
51 horizonte de ações sobre outorga, onde será elaborado um plano de trabalho conjunto dos comitês
52 afluentes. João Gomes falou que o maior volume de recursos arrecadados na região é feito em
53 captações nas calhas dos rios federais aqui existentes. Ronaldo Bartholomeu (Sindicato Rural de
54 Campos) disse que falar em cobrança na região não faz nenhum sentido, tendo em vista que o Inea
55 não cumpre suas obrigações. Hermano Moacir (OAB) endossou a colocação de Paulo Jorge.
56 Hermano falou que estranha a informação de perseguição a produtor rural por conta de escavação
57 para bebedouro de animais. Disse que a alegação do Inea é sempre falta de verba e acaba, entre
58 outras coisas, atrasando por demais as análises dos pedidos de outorga, ao contrário da agilidade
59 vista quando é feita perseguição para multar produtores. Ronaldo Bartholomeu falou que em
60 reunião recente houve manifestações de produtores contra ações institucionais de repressão a
61 determinadas ações alternativas de produtores em busca de soluções extremas para mitigar os
62 impactos da escassez hídrica. João Gomes falou que é importante destacar a importância da
63 reservação para a região, além da necessidade de derrubar a exigência legal da aplicação de 70%
64 em saneamento. Paulo Jorge falou que há décadas as políticas públicas não contemplam
65 satisfatoriamente a região. **Item 4 – Apresentação dos investimentos realizados na Bacia do Baixo**
66 **Paraíba do Sul e Itabapoana (recursos do CBH BPSI e do CEIVAP):** Raissa Guedes apresentou
67 histórico de ações e valores empenhados, de forma definitiva ou em andamento, pelo CBH-BPSI e
68 Ceivap na Região Hidrográfica IX do Estado do Rio de Janeiro. João Gomes agradeceu à Raissa e disse
69 que o principal objetivo é dar conhecimento das principais ações executadas na região ao longo dos
70 últimos anos. João Gomes lembrou que, além do já executado, existem importantes ações em
71 andamento atualmente que vão representar importantes valores de desembolso de recursos do
72 CBH-BPSI. Falou da dificuldade na relação com os municípios em momentos de repasse de recursos
73 ou contemplação com projetos. Deu o exemplo das ações de Sistemas de Esgotamento Sanitário
74 (SES) do CBH-BPSI e o Protratar, do CEIVAP. Reginaldo Ramos falou que sentiu falta de projetos
75 voltados para a Lagoa Feia, que vem sofrendo bastante com o longo período de estiagem,
76 registrando que vai procurar conversar posteriormente sobre o tema com membros do Comitê.
77 Disse que a Cedae vem enfrentado muitos problemas no tratamento das águas da Lagoa Feia para
78 abastecimento público em Quissamã. João Gomes falou que não é função do Comitê intervir com
79 ações de remoção de macrófitas, por exemplo, mas sim de gestão e monitoramento, o que vem
80 acontecendo há tempo na região em questão. Convidou Reginaldo para ir ao Comitê e enviar os
81 relatórios que possui sobre qualidade da água da Lagoa Feia. Reginaldo falou que já foi detectada
82 geosmina e que vai disponibilizar os dados dos levantamentos semanais que vem sendo realizados.
83 José Armando perguntou se houve interrupção de abastecimento em Quissamã. Reginaldo falou
84 que no final do mês de maio houve aumento da densidade de cianobactérias, tendo sido feito
85 levantamento e verificada liberação de geosmina. Disse que na ocasião começaram a fazer um
86 tratamento avançado para manter a água no padrão de potabilidade. Disse que a situação é grave,
87 mas que não houve liberação de cianotoxinas, o que seria um problema muito maior do que o
88 ocorrido. João agradeceu as informações, mas pediu para que ficasse registrado que o Comitê ainda



não recebeu, até hoje, nenhuma comunicação da Cedae sobre os fatos aqui relatados pelo Reginaldo. Falou que isso não impede que a equipe do Comitê haja em apoio nessa situação. José Armando falou que a diretoria do Comitê aguarda o envio desses relatórios pela Cedae. Sugeriu que a Diretora Luiza Salles (Ecoanzol), que lidera mobilização de educação ambiental, possa atuar em apoio. Reginaldo convidou os diretores do Comitê para participar de uma visita técnica dessas atividades de monitoramento que vêm sendo realizadas. Luiza Salles falou que é preciso entender todo o contexto da gestão desse importante corpo hídrico. **Item 5 - Informes:** Zenilson Coutinho falou do evento do Rotary SOS Rio Paraíba do Sul que será realizado no dia 18/10, na ACIC, e convidou desde já todos os membros do CBH BPSI. João Gomes falou que gostaria de destacar que essa ação do Rotary se dá em apoio ao CBH BPSI. Hermano Moacir perguntou aos diretores do CBH BPSI se este possui informações acerca das intervenções na região do Durinho da Valeta, na Lagoa feia. João Gomes falou que há um mês o Comitê enviou carta à Secretaria Estadual do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS) com pedido de informações e autorização para acompanhar o planejamento e execução das ações, mas que até hoje o Comitê não recebeu respostas. Disse que a empresa contratada buscou contato e foi agendada vistoria com Ednaldo (Agevap) para a data de amanhã no local das intervenções no Durinho da Valeta. João disse que gostaria de manifestar insatisfação com o Porto do Açú por não ter sido convidado para o evento de inauguração da sede da Reserva Caruara, evento para o qual foram convidadas diversas instituições da região. Falou que essa insatisfação é sua, de forma pessoal. José Armando falou que tem acompanhado esse processo do serviço no Durinho da Valeta e que compartilhou todas as informações relacionadas no grupo de whatsapp da diretoria do Comitê. Falou que todo esse trâmite é aberto para consulta no SEI, sistema de informações do Estado. Disse que observou que a carta do Comitê foi protocolada no dia 18/08/2022 e que o SEAS direcionou para a DIRAM/INEA. José Armando perguntou se houve definição de visita sem conhecimento da diretoria. João falou que esse agendamento ocorreu no dia de hoje, após o almoço e que o técnico Ednaldo fará essa visita técnica, aberta à diretoria, com posterior elaboração de relatório. José Armando perguntou se poderia compartilhar os documentos a que se referiu com todos os membros do Comitê. Armando falou que o projeto prevê apenas retirada de vegetação flutuante. Hermano pediu que o Amaro (Agevap), caso aprovado, compartilhasse esses documentos enviados pelo Armando e também o link de protocolo eletrônico da SEAS. Reginaldo se colocou à disposição dos grupos do Comitê para colaborar no que for possível. Foi aprovado o envio desses documentos aos membros por e-mail. **Item 6 – Encerramento:** Reunião encerrada às 17h55. A presente ATA foi lavrada pelo Especialista Administrativo Amaro Neto e depois de aprovada será assinada pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Secretário do Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.

Zenilson do Amaral Coutinho (ASFLUCAN)

Diretor Presidente

João Gomes de Siqueira (UENF)

Diretor Secretário